Rute Noemi da Silva Souza

**O papel dos Direitos Humanos na
efetivação dos direitos de adolescentes
em conflito com a lei: pontes ou
barreiras?**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Irene Rizzini

Rio de Janeiro
Junho de 2011

Rute Noemi da Silva Souza

**O papel dos Direitos Humanos na
efetivação dos direitos de adolescentes
em conflito com a lei: pontes ou
barreiras?**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social do Centro de
Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Irene Rizzini

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

UNIVERSO

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Rute Noemi da Silva Souza

Graduou-se em Direito pelo Instituto Metodista Bennett, em 1982; em Serviço Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2007, e em Teologia pelo Instituto Metodista Bennett, em 2011. Atuou em 2007, como coordenadora do projeto “Fala Sério” (ligado ao Projeto Reforço Escolar, da Igreja Metodista em Vila Isabel), que atende a adolescentes do Morro dos Macacos. Atualmente advoga no campo dos Direitos Difusos e da Criança e do Adolescente.

Ficha Catalográfica

Souza, Rute Noemi da Silva

O papel dos direitos humanos na efetivação dos direitos de adolescentes em conflito com a lei: pontes ou barreiras? / Rute Noemi da Silva Souza; orientadora: Irene Rizzini. – 2011.

107 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011 .

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Direitos humanos. 3. Adolescentes em conflito com a lei. 4. Medidas socioeducativas. 5. Estatuto da criança e do adolescente. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Uma breve pontuação

Desde criança, fiz dos livros os meus grandes amigos, o que significa que amo ler. Aprendi a exercitar a capacidade de escrever e alimentei o exercício de pensar.

Academicamente falando, minha trajetória é plural, já que tenho quatro cursos superiores e tenho uma longa trajetória como advogada de movimentos sociais. Mas preciso registrar aqui minha absoluta dificuldade em sistematizar e dar forma acadêmica a esta dissertação. Meus pensares múltiplos nos mais variados campos do saber, ao invés de ajudar, parecem atrapalhar a elaboração desta dissertação que está sendo tão desafiadora para mim.

Vivenciar o saber no campo prático me tem sido mais prazeroso, embora tenha sempre procurado refletir sobre a práxis. Porém ao me deparar agora com a sistematização teórica de todos os acúmulos até então adquiridos, percebo o tamanho de minha dificuldade teórica, muito mais por falta de disciplina, creio, do que por falta de conteúdo.

Algumas concretudes em minha vida cooperam para este caminho da soberania da prática: as escolhas profissionais e o público com o qual venho trabalhando, onde as demandas exigem uma resposta imediata; o transtorno mental de meu filho, que me faz doente com ele, enfim, concretudes que talvez cooperem para este olhar mais urgente do fazer, em detrimento do teorizar.

No exercício da advocacia bem como no Serviço Social e nas muitas leituras e reflexões realizadas sobre a temática que escolhi, tão cotidianamente pensada e eivada de contradições em sua aplicabilidade, emana uma angústia por sentir o distanciamento entre a lei, que garante proteção aos adolescentes que praticam ato infracional, e o cotidiano de surras, violências múltiplas e abandono que os mesmos vem sofrendo por parte do Estado.

Mas o desafio está lançado e exige de mim uma resposta: a de equalizar tantas experiências vividas e sistematizar teoricamente, para que possa, de forma simples, contribuir na discussão sobre Direitos Humanos dos adolescentes que praticam ato infracional e cumprem medida socioeducativa de internação, sob a tutela do Estado.

Algumas pessoas foram ímpares nessa caminhada, para as quais lanço meu mais sincero olhar de gratidão. Dentre elas a Prof. Dra. Irene Rizinni, orientadora que sempre contribuiu para clarificar o meu pensar sobre o tema, o que muito me honra diante da sua caminhada brilhante e competente na temática da criança e do adolescente.

Poderia citar muitas mais, mas registro aquelas que foram determinantes, pois acho esse costume repetitivo e injusto, já que ninguém é isolado e construir saber sempre é um processo coletivo. Logo, estendo a minha gratidão a todas as pessoas que me deram força, me estimularam, me questionaram, enfim, que contribuíram e contribuem para o meu crescimento.

Uma dúvida que me assalta é se devo me expressar na primeira pessoa do singular. Afinal, um trabalho acadêmico em geral precisa ter uma cientificidade que exige certo distanciamento e neutralidade, onde falar na primeira pessoa do singular pode quebrar essa formalidade adotada em trabalhos científicos. Mas fico mais confortável falando na primeira pessoa, já que vejo a academia como um lugar de pluralidade de pensamento, onde devem caber as diferenças e estilos e onde os desafios devem ser abraçados.

Penso que o fazer científico pode ser impregnado de criatividade e pessoalidade que não comprometem necessariamente a seriedade e o valor da idéias e discussões levantadas e maturadas nos trabalhos ao longo dos anos.

Agradecimentos

Ao Amir Geiger, pelo brilhantismo e pelo olhar criterioso que muito ajudou.

Ao André Botelho, pela insistência para que eu fizesse Mestrado e pelo presente que agilizou minha vida acadêmica. Sua generosidade é ímpar.

À Carla Albuquerque, pelas cobranças e pelos comentários clarificadores em minha insipiência inicial.

À Consolação Lucinda, por ter dito a frase que demoveu minha insegurança: - “Faça a prova. Passar ou não é outra etapa”.

À Maria Gilda de Oliveira, pela amizade constante e por ter arejado minhas idéias quanto ao projeto inicial de pesquisa.

Ao Nelson Domingos, pela preocupação com os textos, pelas discussões e pela insistência para que eu fizesse mestrado e por ter me convencido das minhas ‘falsas inseguranças’.

À Nina Rosa, por ter me socorrido numa hora crucial que me tranqüilizou para que fizesse minha inscrição na PUC.

À Perla Cristina Santos, pelas ótimas dicas a respeito da PUC. Suas informações foram precisas! Sua força e sua alegria me emocionaram.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Resumo

Souza, Rute Noemi da Silva. Rizzini, Irene. **O papel dos Direitos Humanos na efetivação dos direitos de adolescentes em conflito com a lei: pontes ou barreiras?** Rio de Janeiro, 2011. 107p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Há um avanço incontestável no olhar que a sociedade hoje lança sobre a criança e o adolescente, não mais enxergando-os como pessoas inferiores e desprovidas de vontade própria, mas sim como sujeitos de direitos. Esse olhar é fruto de uma mudança significativa na legislação brasileira, que garante tratamento protetivo integral a esse segmento da população. Mas há uma questão que precisa ser pensada e resolvida, que é a não aplicabilidade, na forma da lei, das medidas protetivas e socioeducativas aos adolescentes que praticam ato infracional e estão sob a tutela do Estado. Os adolescentes que se encontram nessa situação, têm recebido tratamento incompatível com o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) e os arcabouços legais internacionais dos quais o Brasil é signatário, pois sofrem corriqueiramente violência física e psicológica e via de regra, se encontram em espaços impróprios para o cumprimento da medida de internação, o que reforça uma prática punitiva e não socioeducativa sobre eles. Essa prática reproduz a cultura vigente em nossa sociedade, que vê o adolescente que praticou ou pratica ato infracional, como pessoa que deve ser afastada do convívio social e punida por seus atos, sem que lhe seja permitido qualquer chance de elaboração e reflexão sobre sua prática, que possa proporcionar-lhe mudança de vida. Por que os Direitos Humanos não vêm sendo respeitados? Por que o próprio Estado, tão preocupado em alargar essa discussão na sociedade, quando tutela esse adolescente, não coloca em prática os princípios norteadores que devem reger o tratamento a esse adolescente? Há, portanto, uma distância entre o discurso e a prática na questão dos Direitos Humanos que precisa ser refletida: a instituição Direitos Humanos serve de ponte ou gera barreiras na efetivação dos direitos de adolescentes em conflito com a Lei? Mas os antagonismos vêm diminuindo, dadas as muitas conquistas havidas nos últimos 20 anos, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do

Adolescente. Muitos Estados vem se empenhando para mudar o olhar punitivo e estão revendo suas práticas antigas e violadoras de direitos, formulando novos pensares e práticas que nos enchem de esperança. Este é o cerne da nossa discussão.

Palavras-chave

Direitos Humanos; adolescentes em conflito com a Lei; medidas socioeducativas; Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abstract

Souza, Rute Noemi da Silva. Rizzini, Irene. **Human Rights as instruments for putting into effect the rights of adolescents in conflict with the law: bridges or barriers?** Rio de Janeiro, 2011. 107p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Undeniably, there has been an advance in the way society today regards children and adolescents: not anymore as inferior people deprived of their own will, but as subjects of rights. This perspective derives from a significant change in Brazilian legislation, which now ensures full protective treatment to this segment of the population. One issue, however, remains to be considered and solved, which is the non-applicability, in the form of the law, of protective and socioeducative measures to juvenile offenders and are under the State guardianship. Adolescents in such situation have usually been submitted to a range of disciplinary measures which are incompatible with provisions of the Statute on the Child and the Adolescent (Law no. 8069/90) and the legal international framework which Brazil endorses, since they are often subjected to physical and psychological violence and, as a rule, are found in inadequate spaces for the fulfillment of the internment measure, which in turn reinforces a punitive rather than socioeducative practice upon them. This kind of practice reproduces current cultural values in our society, according to which juvenile offenders should be parted (deprived) from social interaction and punished for their actions. Thus, they are given scarcely any chance for elaborating and reflecting on their own past behavior in such a way that might bring about a life change. Why are Human Rights not being respected? Why does the State itself, which is so intently concerned with spreading this discussion throughout society, fails to make sure that constitutional rights be enforced as guiding principles regarding children and adolescents under governmental institutions? In regard to Human Rights there is, hence, a gap between discourse and practice which must be critically considered: does the institution of Human Rights serve as a bridge, a connection? Or does it generate barriers in effecting the rights of adolescents in conflict with the Law? The antagonisms, however, have diminished in the last 20 years, since the

promulgation of the Statute on the Child and the Adolescent. Many Brazilian States have been making efforts to change punitive perspectives and reviewing their old-fashioned, rights-violating practices, formulating new thoughts and practices which fill us with hope. This is the focus of this text.

Keywords

Human Rights; adolescents in conflict with the law; socioeducational measures; Statute of the Child and the Adolescent.

Sumário

1	Introdução	13
1.1	Uma História Emblemática-I: a história de F.	17
2	Arcabouço Teórico: um olhar sobre os Direitos Humanos	24
3	Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes: sua caminhada e suas violações históricas	34
3.1	Caminhada Histórica dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes no Brasil	34
3.2	Linha do Tempo da Caminhada dos Direitos dos Adolescentes em Conflito com a Lei	40
3.3	Sobre os Documentos Analisados	45
3.3.1	Relatório I – “Relatório Mundial sobre Violência contra a Criança”	47
3.3.2	Relatório II - Verdadeiras Masmorras- Detenção Juvenil no Estado do Rio de Janeiro	56
3.3.3	Relatório III - Um Retrato das Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei	62
3.3.4	Relatório IV - Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei	80
3.4	Uma História Emblemática – II: A história de L.	84
4	A Possibilidade de se Fazer com outro Olhar	90
4.1	Duas Propostas de Empoderamento Realizadas Junto aos Adolescentes em Conflito com a Lei	93
4.2	Outra Cultura é Possível	98
5	Conclusão: é possível concluir esse assunto?	101
6	Referências Bibliográficas	104

Quando seu moço nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar.
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome prá lhe dar.
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando, ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá. Olha aí! Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega suado e veloz do batente
Traz sempre um presente pra me encabular.
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar.
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Prá finalmente eu me identificar. Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega no morro com carregamento
Pulseira, cimento relógio, pneu, gravador.
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo olho pro lado
E o danado já foi trabalhar. Olha aí! Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente Seu moço,
Fazendo alvoroço demais.
O guri no mato acho que tá rindo,
acho que tá lindo de papo pro ar.
Desde o começo eu não disse, Seu moço,
Ele disse que chegava lá?! Olha aí! Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
E o meu guri!

Chico Buarque, *O meu guri*.